
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO RURAL

— TEMA DE PROJECCÃO NACIONAL —

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO RURAL

— TEMA DE PROJEÇÃO NACIONAL —

«...nas florestas solenes há o culto da eterna, íntima força primitiva. Na serra, o grito audaz da alma cativa do coração, em seu combate inulto.»

Antero de Quental

Toda a política de reordenamento agrícola, ou de reestruturação rural, ou seja qualquer outra designação que lhe queiram conferir, não atingirá os objectivos que se propõe atingir, se desligada de um contexto de planeamento físico e de ruralismo que se impõe promover à luz do verdadeiro espírito do progresso e da promoção rurais.

A estrutura do mundo rural e agrícola implica indeclináveis afinidades com a tarefa do desenvolvimento económico do território, se levarmos em conta que aquele espaço — físico e biológico — cobre a maior parte do território nacional. Deste País onde até ao momento, e em moldes de exclusivismo, todas as atenções têm, na maioria dos casos, sido dirigidas para as manchas urbanas — e em particular para as grandes e explosivas cidades — em ordem aos investimentos públicos (e privados), aos centros industriais, à generalizada concretização das exigências de equipamento social e de infra-estruturas básicas, às preocupações em matéria de planeamento urbano, à regulamentação de todo o género, etc., etc.

Nos explosivos centros urbanos gerou-se, assim, uma grave e desequilibrada concentração de poderes e de sistemas a todos os níveis, acarretando problemas de superpopulação, de correlação de forças e de egocentrismo decisivo e, mais do que isso, de fixação instável de estratos populacionais que, oriundos do meio rural e agrícola, aí se alojam em péssimas condições — por vezes bem piores que as até então vividas nas aldeias —, se sentem na maioria frustrados e inadaptados por falta de adequada formação profissional, por desilusão e, até, por saudosismo. Tudo isto, a juntar a um factor moral — família na povoação, o seu chefe na cidade — aqui imanizado para

o aventureirismo, para o abandono do aconchego familiar, para a própria «féria» que amiúde é totalmente devorada pela atracção sedutora da vivência urbana.

Entretanto, as extensões agrícolas e florestadas, as vilas, as aldeias, cada vez mais abandonadas, não constituindo pólos ou fontes de atracção económico-social que justifiquem a fixação humana, sem estruturas de base e de equipamentos sociais que impeçam a desordenada fuga para as cidades, sem comunicações capazes e suficientes (que têm provocado o estrangulamento económico e que têm evitado a indispensável relação interconcelhia), isentas de eficientes meios de comunicação social, etc., etc., também cada vez mais vão, por isso, ficando progressivamente desertificadas, menos produtivas e desenvolvidas, menos capazes de representar, como efectivamente deveriam representar, um dos factores potenciais e poderosos que possuímos, quer em valor humano, quer em riqueza de subsolo — que em verdade as temos, mas sempre inexploradas ou falhas de incentivos de encorajamento —, quer em manancial agrícola, pecuário e florestal, quer ainda em técnicos que, em elevados contingentes, se concentram também nas cidades, operando em gabinetes e atrás de confortáveis secretárias, em vez de directamente actuarem no campo e nas aldeias, onde aliás tão necessários seriam...

E vem isto a propósito de um corolário bem verdadeiro: sem povoamento harmónico e equilibrado, não se justificam razões de desenvolvimento. Ora o desejável crescimento económico, seja ao nível da agricultura, seja ao nível do restante espaço rural, está claramente impossibilitado de efectivamente se considerar solúvel, sem que simultaneamente se proceda a um equilibrado, homogéneo e geograficamente bem localizado povoamento. Povoamento este que haverá de estar naturalmente integrado em comunidades perfeitamente organizadas, equipadas e apoiadas pelos indispensáveis centros agrícolas e comunitários.

Impõe-se, para tanto, um efectivo, mas paralelo, equacionamento de um autêntico plano de ruralismo, o mesmo é dizer de uma bem esquematizada política de bem-estar rural que abranja o todo territorial. Bem-estar esse que envolva, para além das inegáveis providências de ordem económica e social, uma simultaneidade de execução de equipamentos e de reconversão de estruturas, uma fixação harmónica e eficientemente bem canalizada da população e sua consequente mentalização e dinamização, uma educação cívico-escolar apropriada, uma sistematização de técnicas agrícolas intensivas e esclarecedoramente acompanhadas, um melhor nível de vida,

uma vivência habitacional compatível com as exigências inerentes a uma habitabilidade actual, uma industrialização desconcentrada e propulsora do arranque para o desenvolvimento, uma malha viária adequada e suficiente para a circulação das correntes produtoras da economia, uma eficaz — e não mistificada — política de saúde e de segurança social, etc.

Temática esta que envolve, muito naturalmente, um imponderável interesse nacional. Interesse nacional, porque em si encerra um conteúdo de crescimento económico e social, ou seja a elevação do teor da qualidade de vida de todos os portugueses.

A acrescentar às razões enunciadas, e para além de outras carências melhor ou pior superadas nas cidades — mas infelizmente persistentes no campo —, impõe-se, como veio motor das correntes comerciais e como libertação total da vasta trama de intermediários, levar por diante a criação de mercados-gare regionais, onde necessária e intimamente serão os produtores considerados como participantes activos.

Também a formação de cooperativas de «habitat» rural, de associações de economia mista, de diversas formas de associativismo, de empresas de financiamento à construção — independentemente dos apoios financeiros a prestar às actividades primárias —, os incentivos fiscais, etc., constituem medidas prioritárias a estabelecer desde já.

O que se pretende, afinal, propor, é que tanto as populações rurais como as agrícolas se fixem, em justa e equilibrada medida, nesse vastíssimo espaço territorial que é a mancha rural — e onde, apesar de tudo, ainda vive quase metade da nossa população — em condições, senão iguais, pelo menos semelhantes às vividas pela população do meio urbano.

Mas não esqueçamos que no espaço rural se podem observar dois escalões populacionais algo diferenciados quanto ao respectivo «habitat»: um, predominantemente agrícola, que da e para a agricultura vive; o outro, efectivamente também rural, mas praticamente alheado das tarefas campestres, cuja actividade principal se insere nos escalões secundário (indústria), terciário (serviços) e mesmo até no quaternário. Cada um deles constitui, porém, um importante vector de força, razão por que, um e outro, formarão um binómio de poderosa influência no objectivo desenvolvimento e promoção rural. Por outro lado, entre a cidade e o campo haverá de coexistir o processamento das chamadas unidades-troca, sem as quais todo o País ficará estrangulado. A cidade não pode viver isolada do campo, como

que em regime de auto-suficiência e como que tão-só apoiada nas importações externas. Mas nem o campo pode subsistir alheado da cidade. O tri-nómio população-economia-território tem de formar uma trilogia que não podemos desprezar, sob pena de nos iludirmos em matéria de conceitos económicos e sociais.

De outro modo, a estrutura económica e social da metrópole dificilmente rumará pelo desejável caminho do crescimento, se apenas apoiada na cidade ou em vagas e dispersas manchas agrícolas do País.

O espaço agrícola e rural constitui, pois, a mola fulcral do desenvolvimento integral do todo nacional.

Todavia, cabe aqui lançar outro grito de alarme, pese embora a possível contestação dos economistas e dos técnicos agrários. É que um plano de desenvolvimento global, isto é, abarcando os diferentes escalões de actividade — naturalmente neles se integrando o sector primário e, neste, as zonas de intervenção da reforma agrária —, não poderá, como até aqui se tem processado, apoiar-se tão-somente numa base de desenvolvimento económico, alheando-se, ou desligando-se, de um simultâneo e indispensável planeamento físico regional. Nem pode menosprezar os planos de ruralismo e de ordenamento agrícola que, para esses espaços territoriais, são fundamentais. E todos estes planos estão, iniludivelmente, dependentes e interligados uns com os outros. Abstrair, desligar, isolar este plano daquele é o mesmo que andar a jogar-se aos planos. É quase aceitar-se a utopia...

De outro modo não se conseguirão implementar as indiscutíveis formas e modelos de povoamento, de industrialização, de esquematização de equipamentos sociais; não se poderá assegurar uma estratégica rede de estradas interconcelhias e inter-regionais; não se poderá, ainda, evitar que cada unidade concelhia opere isoladamente e a seu bel-prazer, relegando para plano secundário o interesse global do respectivo território; não se obstará à grave estagnidade e aos perniciosos desequilíbrios regionais, etc., etc. Assim, dificilmente se atingirá o almejado desenvolvimento nacional.

E a continuar tal estado de coisas, uma vez mais as aldeias permanecerão atrasadas e letárgicas, como antanho citava Ramalho nas «Farpas», continuando elas a pagar para a Polícia, para os Tribunais, para a Guarda Republicana, para os Liceus, para a Assistência, sem que para elas alguém pague seja o que for...

E a manter-se essa situação — que é de facto de capital importância para o contexto nacional — a população rural e agrícola, que constitui a maior das potencialidades que a Nação encerra, continuará a emigrar para as cidades ou, pior ainda, para o estrangeiro. E assim se vai, pouco a pouco, desertificando progressivamente o território rural que, apesar da mecanização e das demais técnicas agrícolas, frequentemente faz sentir uma imperiosa carência não só de mão-de-obra a todos os níveis, como também de técnicos e, até, de intelectuais.

Outro tema que dificilmente se poderá abordar, ainda que em breve parágrafo (mas que de igual modo encerra relevância nacional), é o que se reporta ao sector da habitação e da renovação aldeãs, já que a casa constitui, como é sabido, a célula primordial da vida familiar e da fixação humana.

A realidade é que quando entre nós se aborda o problema habitacional este é, incontinente, referido no âmbito urbano. O mesmo se poderá dizer, quando se discutem os problemas do urbanismo. Significa isto que, intencionalmente ou por falta de conhecimento sobre as realidades das prementes carências exigidas pelo mundo rural, em verdade o vastíssimo território não urbano tem sido alijado da conjuntura nacional, como se houvera vergonha de corajosamente enfrentar os inúmeros problemas económicos e sociais que aí, em moldes crescentes, se vão sentindo e avolumando. Parece, até, que essas necessidades, esse mal-estar permanente, esse pernicioso subdesenvolvimento nada têm a ver com a complexa estrutura do planeamento económico e físico do território nacional. E assim é que o alheamento que se tem votado à coisa rural se assemelha a uma doença que poucos pretendem tratar com a devida acuidade e urgência.

Mas nesse imenso e produtivo mundo, e tal como se processa no ambiente urbano, é inadiável promover-se uma verdadeira política de fomento habitacional — e não só esta —, uma concreta esquematização de sistemas de higiene e de saneamento básico, um cabal programa de equipamentos e de infra-estruturas colectivas e, fundamentalmente, um necessário ordenamento do espaço físico e social. No entanto, e contrariamente ao que se passa no meio urbano, o ambiente rural não enferma de uma carência de alojamentos, pelo menos no aspecto quantitativo. Enferma, isso sim, pelo desesperante aspecto qualitativo. Com efeito, a quantidade do parque habitacional existente nesse ambiente é mais do que suficiente para as necessidades e previsões. A qualidade, essa, é que importa ter em atenção, dadas as

graves deficiências de estruturas, de salubridade, de conforto, etc., que as habitações rurais apresentam. Onde porque haverá de ser organizada uma intensiva campanha para que tais habitações sejam reconvertidas, reconvertimentadas, por vezes ampliadas, reequipadas e dotadas de instalações higiénicas, por forma que venham a ficar dotadas de conforto e de condições vivenciais coerentes e exigidas pela função habitar.

Grande parte das aldeias, desde que possuidoras de potencialidades naturais susceptíveis de desenvolvimento, terão de ser renovadas e ressanadas, incluindo a mencionada beneficiação das habitações, no sentido de serem transformadas em comunidades perfeitamente organizadas e socialmente equipadas.

Evidentemente que não pode o Estado revivificar e renovar os milhares de aldeias disseminadas pelo País afora, tendo-se até em conta que muitas delas, por inertes, por depressivas, por despovoadas, por isentas de factores potenciais e por desarticuladas do conjunto concelhio, não justificam que aí se venham a desenrolar operações de reconversão estrutural. Não são poucas, portanto, as aldeias que constituem, face aos motivos invocados, verdadeiros cancro do mundo rural. Cancros esses que na realidade se impõe remover para, dentro do possível, se poder organizar a concentração populacional, e não a sua dispersão, como aliás tem sido largamente fomentado.

Para tanto, haverão de ser observadas naturais cautelas de ordem sociológica, aquando da provável extinção desses aglomerados, já que as respectivas populações terão de ser antecipada e convenientemente elucidadas, amparadas e financeiramente apoiadas para efeitos da sua mudança, em muito melhores condições, para uma aldeia vizinha renovada.

O que importa referir, é que no seio dos vários concelhos urge seleccionar os aglomerados populacionais que, mercê das inerentes potencialidades que porventura encerrem e que mercê dos equipamentos sociais e das infra-estruturas de base que acaso dispõem, venham a ser reconvertidos em aldeias-centro, necessariamente dotadas de todos os requisitos indispensáveis e apropriados à função que lhes irá ser cometida. Função essa que naturalmente requererá, em medida prioritária, a canalização de certas acções indispensáveis ao desenvolvimento urbanístico e comunitário, para que venham a exercer uma efectiva posição de nós de apoio concelhio e regional.

Aldeias-centro que em curto prazo derivarão em centros urbanos de apreciável importância, porque tornadas pólos de atracção dos espaços envolventes e porque transformadas em importantes núcleos de apoio da estrutura rural renovada.

Aldeias-centro que virão a exercer muito maior influência que algumas das actuais sedes concelhias, visto que algumas destas sedes pouca notoriedade emprestam no campo socioeconómico e já que amiúde se definem pela apresentação de situações de inércia e decrepitude.

Aldeias-centro onde, paralelamente às acções de renovação urbana e de reequipamento social e colectivo, se instalarão os fundamentais centros de formação profissional, os parques de máquinas, as associações de convívio e recreio, os complexos desportivos e outros serviços que respondam à força catalisadora que importa conferir-lhes adentro da escala do desenvolvimento e da promoção rurais.

Aldeias-centro essas onde, em seu redor e num raio de acção aproximado de dez a quinze quilómetros, gravitarão as povoações depressivas e inertes, cujas populações possivelmente se irão voluntariamente mudando para as aldeias-centro mais aproximadas, desde que convenientemente apoiadas, técnica e financeiramente, pelos competentes serviços estatais.

É esta uma forma assaz simples e socialmente frutuosa de se resolver não só a tarefa de as populações rurais e agrícolas alcançarem uma melhor qualidade de vida, como também de se organizar uma conveniente concentração populacional, quando inseridas na formação física e biológica de verdadeiros centros urbanos de feição rural.

Aldeias-centro que simultaneamente a si chamarão a implementação de unidades industriais, logo uma mais ampla fixação de grande parte da população delas oriunda que havia emigrado para as cidades, aqui vivendo, na maior parte, em condições de frustração, de inadaptação, de saudosismo, de habitação precária, etc., etc.

Ora acções desta natureza, quando naturalmente apoiadas por capazes planos de ordenamento físico e por programas de valorização económica e social, tornarão definitivamente possível desenvolver o território rural e agrícola que, como é sabido, cobre nove décimos do espaço nacional. Por outro lado, tornarão possível evitar as graves e incontroladas hordas de êxodo rural e agrícola. Mas, por outro lado ainda, as grandes e explosivas cidades de Lisboa e Porto virão a ser beneficiadas pela correspondente criação e

desenvolvimento das aldeias-centro e pela reestruturação do espaço rural, uma vez que se libertarão de, dia após dia, terem de receber enormes contingentes de imigrados rurais que para elas se deslocam continuamente na miragem sedutora da vida urbana, por parecer oferecerem empregos mais estáveis e muito melhor remunerados e uma qualidade de vida mais apetecível. Contingentes esses dia-a-dia mais engrossados, que exigem aos grandes centros urbanos cada vez mais alojamentos, mais transportes, mais equipamentos, mais infra-estruturas, maior expansão territorial. Que obrigam as respectivas administrações à criação de mais cidades satélites, de mais cidades dormitórios, de mais bairros periféricos e à quase pacífica aceitação de bairros de lata e de construção clandestina. Cidades essas problema, cidades que não deveriam merecer — como se tem erradamente conduzido — planos de expansão urbana, mas antes uma contenção de expansão, à custa da criação de novos centros urbanos em vilas ou aldeias periféricas adentro das respectivas regiões.

Consequentemente, não pode esse vastíssimo espaço rural continuar, como até aqui, a estar sujeito a uma quase forçada intenção de desertificação, em favor da expansão desenfreada dos dois grandes centros metropolitanos de Lisboa e Porto. Um tal espaço rural, no contexto do território nacional, tem, tal como o espaço urbano, de ser fisicamente organizado, equipado, infra-estruturado, industrializado e harmonicamente povoado. À respectiva população, dentro do possível, dentro do aconselhável e dentro da capacidade de resposta à criação de empregos e à necessidade de mão-de-obra (qualificada ou não), tem de ser garantida uma qualidade de vida idêntica à propiciada à sua congénere urbana. De outro modo, toda a população rural continuará a sentir-se sacrificada e abandonada e continuará, daí, a ser apodada de subdesenvolvida, de economicamente desfavorecida e de socialmente segregada do conjunto português.

E a realidade é que o homem rural, se convenientemente mentalizado, se razoavelmente instruído e educado, se efectivamente fruir de capazes e de suficientes equipamentos, se necessariamente incentivado e apoiado, se potencialmente inserido num escalão de vida material e social francamente favorecido, logicamente que se tornará um extraordinário cooperante e um eficiente impulsor do crescimento económico e social da nação. Aliás, a história vem-nos ensinando que os aldeãos foram, afinal, os fundadores das cidades.

Donde a ingente indispensabilidade da elaboração de planos de ordenamento físico-económico de todo esse vasto espaço rural e agrícola, o qual deverá ser reconhecido como binómio fundamental da estruturação de todo o território. Ora os planos são feitos para servir o Homem, para lhe garantir uma melhor vivência, uma melhor qualidade de vida, e não para apenas dele se servirem. Haverá, pois, de curar primeiro o Homem, já que só assim será possível o curar das estruturas. E resolver o problema da reconversão estrutural é, em certa medida, resolver uma acertada fixação humana e um melhor bem-estar. Ora sem povoamento harmónico, capaz e adequado aos processos de desenvolvimento, evidentemente que se não poderão, como se afirmou, aguardar razões de desenvolvimento.

Em toda esta problemática, natural será pressupor que o Governo, as autarquias e as populações desempenham uma acção dinamizadora de inegável projecção. Mas não só estas forças mantêm o privilégio de garantirem e de desenrolarem as tarefas de desenvolvimento socioeconómico, como a seguir se aventa.

Assim sendo, e no que se refere ao sector governamental — o da decisão política — cabe-lhe, por direito e por competência, desenrolar, adentro do presente esquema de acção, a iniciativa não apenas de impulsionar o planeamento integral do espaço rural e não rural, mas também proceder à organização de eficientes equipas polivalentes de apoio técnico que acompanhem a realização dos empreendimentos e de acções múltiplas levadas a cabo por intermédio das comparticipações financeiras dirigidas a obras de interesse colectivo. Apoio técnico esse que deveria ser profusamente dispensado, e o não é, quer às autarquias, quer às entidades colectivass de interesse público e social. Comparticipações financeiras essas que têm sido prevalentemente canalizadas para os equipamentos sociais e para as infra-estruturas básicas, mas infelizmente pouco incisivas no que se reporta à infância, à terceira idade, à higiene e à educação rural. Comparticipações essas que, por outro lado, estão inconvenientemente disseminadas nas atribuições de variadíssimos departamentos oficiais de diferentes ministérios, que inutilmente conduzem a uma prejudicial descoordenação de investimentos e de realizações, a uma duplicação de tarefas e de empreendimentos entre si semelhantes, por vezes até concretizados numa mesma zona de influência. No entanto, as comparticipações estatais, venham elas de que organismo vierem, não bastam, nem de longe, às muitas carências de equipamentos sociais e culturais, às infra-estruturas básicas e às exigências sentidas pelas

populações, mormente as rurais. Não bastam, sequer, para ajudar as populações (as mais directamente interessadas) na satisfação das reais exigências que, pelo menos em matéria de equipamentos, há longos anos desesperadamente aguardam. E não bastam, sequer, para as premências (ou ambições?) dos municípios, em particular os rurais, que constantemente solicitam apoio financeiro e técnico para a concretização de diferentes empreendimentos de capital importância (dizem) concelhia.

Tal como em épocas não muito remotas, aqueles municípios, sobretudo os rurais, continuam esmolando do poder central e das repartições da capital este ou aquele projecto, este ou aquele empreendimento de vulto, esta ou aquela comparticipação financeira, esta ou aquela aprovação de planos considerados importantes para o desenvolvimento local. Isto, apesar de tanta vez a população, afinal a mais interessada no processo e na promoção dos respectivos concelhos, raramente ser auscultada sobre o interesse ou sobre as prioridades dos solicitados projectos, empreendimentos ou comparticipações.

Todavia, haveremos de concordar que apesar de falhas algo persistentes (algumas delas já vêm de longe), que apesar de insuficiências teimosamente mantidas e que apesar, e sobretudo, da carência de planeamento físico — que é essencialmente o instrumento que regerá a distribuição e a implementação das manchas habitacionais, dos equipamentos, das infra-estruturas e das demais actividades — a verdade é que os dinheiros do Estado não podem bastar para acorrer a todas, e a cada uma, dessas tantas carências.

Mas há a reconhecer, pelo menos para quem bem conhece a população e os ambientes rurais, que essas populações são perfeitamente capazes de, em moldes de entreaajuda e de oferta de mão-de-obra gratuita, emprestarem o seu trabalho e o seu entusiasmo para as realizações de interesse social que venham a beneficiar as respectivas povoações. Por vezes, essas populações, por mor da angariação de fundos pecuniários, possuem umas dezenas de contos destinados à abertura de um caminho vicinal, à construção de um centro de convívio e recreio ou a uma associação cultural, a um parque de jogos, etc., etc. Para a realização destas, e de outras, aspirações, quase lhes falta o respectivo projecto, a inerente comparticipação financeira e, particularmente, a indispensável ajuda técnica e a maquinaria requerida à concretização dessas obras.

Mas os equipamentos sociais não constituem uma regalia tão-somente emanada do governo, nem muito menos uma «esmola» política ou social.

Constituem, isso sim, um dever social, um direito à obtenção de uma melhor qualidade de vida. São, efectivamente, peças fundamentais do desenvolvimento local e são instrumentos fulcrais da fixação humana, em particular nas aldeias tidas como susceptíveis de oportuna reconversão estrutural.

Nesta ordem de ideias, e afora os departamentos do Estado e as autarquias locais, quem mais poderia estar suficientemente dotado para ajudar as populações à efectivação das correspondentes aspirações e necessidades, quando o Estado e o poder local lhes não puderem acudir? Cabe, porém, aqui introduzir um breve parêntese para elogiar, apesar das considerações expostas, a notável acção desenrolada pelos serviços externos dos organismos oficiais, com especial relevo para os da ex-Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. Estes, amiúde carecidos de técnicos e de pessoal administrativo, têm, mesmo assim, despendido um indómito esforço e um capaz apoio técnico às autarquias, sem os quais estas, por manifesta insuficiência de quadros, de prática executiva de obras e de vocação em matéria de equipamentos sociais, seriam incapazes de realizar os empreendimentos e accionarem a inerente comparticipação financeira que ao Estado solicitaram.

Pese embora o conteúdo nestas colunas abordado, penso que por força disso e da eficiente implantação regional de que desfruta, a Direcção da Arma de Engenharia — que inegavelmente conta com bons técnicos e óptimas técnicas, que dispõe de facilidade e de rapidez de execução, que dispõe de natural dinamismo e mobilidade e que dispõe, ainda, de apreciável parque de máquinas — poderia ser capaz de, em muitíssimas situações, contribuir — como aliás tem já contribuído de forma apreciável — para igualmente, mas sem atropelos, prestar cabal apoio ao progresso e à promoção do mundo rural. Mais penso que uma tal acção não iria, como poderia supor-se, contundir com as naturais competências e com os correspondentes âmbitos devidos ao poder civil (isto é, aos organismos competentes do Estado) e às autarquias locais, desde que estes não pudessem acudir a esta ou àquela situação, seja pelo facto de determinadas solicitações das populações não poderem ser incluídas nos respectivos planos anuais, seja pelo facto da carência de mão-de-obra ou de inerentes inibições de verbas orçamentais.

O que importa sugerir é que uma colaboração desta natureza poderia, sem sombra de dúvidas, contribuir para uma mais eficaz aproximação e cooperação entre entidades aparentemente diferenciadas no contexto das respectivas atribuições, embora todas dirigidas para a estabilidade, para o pro-

gresso e para a obtenção — mas sem intencionais interferências e sem acção provocadamente paralela — de uma melhor qualidade de vida, neste caso das populações rurais que, recorde-se, fazem parte do todo nacional.

Numa colaboração deste jaez, creio que todos ganhariam: em primeiro lugar, as populações, que não mais sentiriam proteladas, por anos e anos, as suas já velhas aspirações em matéria de equipamentos sociais e colectivos; em segundo lugar, também o Estado seria beneficiado, pois que fruto dessa colaboração, sempre que solicitada, veria poupadas preocupações e vultosos esforços materiais e humanos por se sentir potencialmente incapaz de acudir a tantas e tantas urgentes necessidades; por último, estou em crer que talvez também a Arma de Engenharia dessa colaboração viria a beneficiar, por lhe conferir mais experiência e por sentir-se satisfeita de mais um dever cumprido, na resolução de parte das justas aspirações das desfavorecidas populações rurais e agrícolas.

Março de 1978.

Pinto Machado

Arquitecto